

## **LEI N.º 2.721, DE 16 DE ABRIL DE 2013.**

**“ALTERA ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.996, DE 28 DE SETEMBRO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**SAMIR ALBERTO PERNOMIAN**, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Passa a ter a seguinte redação os artigos a seguir indicados, todos da Lei Municipal nº 1.996, de 28 de setembro de 1999:

“Artigo 15 – Fica criado o Conselho Tutelar, como órgão integrante da administração pública local, permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto de cinco (5) membros, para mandato de quatro (4) anos, permitida uma recondução.

Artigo 16 – O processo de escolha reger-se-á pelas normas estabelecidas pela Comissão e deverá ser iniciada em tempo hábil para a realização da eleição no 1º domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Artigo 17 – Os Conselheiros Tutelares serão selecionados através de um sistema misto, mediante prova escrita e eleição, nessa ordem, organizado por uma Comissão composta por cinco (5) membros, nomeada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A prova escrita versará sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões de português e uma redação, sendo considerados habilitados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a cinco (5).

§ 2º - Os candidatos habilitados na prova escrita serão submetidos a uma entrevista, sem caráter eliminatório, após o que haverá a escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante escrutínio secreto, pelos representantes das Entidades representativas do Município.

§ 3º - Serão considerados eleitos os cinco (5) candidatos que obtiverem maior número de votos.

§ 4º - Serão considerados suplentes os demais candidatos em ordem decrescente de votos.

§ 5º - Os critérios de desempate são:

I – Maior nota na prova escrita;

## **LEI N.º 2.721, DE 16 DE ABRIL DE 2013.**

II – Maior idade.

§ 6º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ocorrer no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 7º - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º - O mandato do Conselho Tutelar será de quatro (4) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 9 - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Artigo 23 - Os Conselheiros Tutelares que buscarem a recondução do mandato serão submetidos, juntamente com os demais candidatos, a entrevista, sem caráter eliminatório, e a escolha mediante escrutínio secreto pelos representantes das Entidades representativas do Município.

Artigo 24 – O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nomeará conselheiros os cinco (5) primeiros candidatos escolhidos na votação, os quais tomarão posse no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 1º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ocorrer no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º – O mandato dos membros do presente Conselho Tutelar, eleitos em 2010, fica prorrogado até o dia 09 de janeiro de 2016.

Artigo 25 – Havendo empate na classificação, será nomeado o candidato que preencher os requisitos constantes no § 5º do artigo 17.

Artigo 34 – Os vencimentos (salário base) dos cinco (5) Conselheiros Tutelares obedecerão o estipulado na Lei Municipal n. 2.082, de 03 de outubro de 2001, e suas alterações posteriores, e serão, a teor da mesma regra, quando de sua nomeação, cargos em Comissão.

§ 1º - Em caso de alteração nos padrões ou reforma administrativa, a fixação dos vencimentos deverão sempre levar em conta o trabalho desenvolvido, o tempo dedicado à função e as peculiaridades locais.

§ 2º - Fica assegurado aos membros do Conselho Tutelar:

I – cobertura previdenciária;

II – gozo de férias anuais remuneradas,  
acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III – licença-maternidade;

IV – licença-paternidade;

## **LEI N.º 2.721, DE 16 DE ABRIL DE 2013.**

V – gratificação natalina.

§ 3º - Constará na lei orçamentária a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Artigo 35 – Sendo eleito e nomeado funcionário público municipal para integrar o Conselho Tutelar, fica-lhe facultado, em caso de remuneração, optar pelos vencimentos de seu cargo ou pelos vencimentos previstos no artigo 35 desta Lei, vedada a acumulação de vencimentos, garantindo o seu vínculo empregatício anterior, bem como as vantagens de seu cargo. ”

**Artigo 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 16 de abril de 2013.

**SAMIR ALBERTO PERNOMIAN**

Prefeito Municipal de Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

**CLAUBER TRIPOLONI DO NASCIMENTO**

Secretário designado